

RELAÇÕES DE PODER E PRODUÇÃO TERRITORIAL: as contingências da vida no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO)

RELACIONES DE PODER Y PRODUCCIÓN TERRITORIAL: las contingencias de la vida en el Asentamiento Olga Benário em Ipameri (GO)

Rafael de Melo Monteiro¹

Doutorando em Geografia pela UNESP/Presidente Prudente. Membro do Grupo de Estudos Territoriais (GETERR)
rafaeldmlmtr@gmail.com

Vera Lúcia Salazar Pessôa

Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFG/Campus Catalão. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA)
verinha.salazar@hotmail.com

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa foi compreender as relações de poder no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO), refletindo-se de que maneira essas relações produziram um território. Para seu desenvolvimento, adotaram-se os seguintes procedimentos metodológicos: a) pesquisa teórica; b) pesquisa documental e c) pesquisa de campo. Na pesquisa de campo, foram utilizadas as técnicas das entrevistas e da análise do discurso. O Assentamento Olga Benário formou-se em 2005, com a aquisição do imóvel rural Fazenda Ouro Verde/Santa Rosa pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Com a sua criação, 84 famílias foram assentadas, sendo todas, na época, membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Antes de haver o parcelamento das terras, surgiram propostas para a organização socioespacial coletiva. Grande parte das famílias rejeitou a proposta, apenas seis decidiram formar o Coletivo Margarida Alves. Com o arrendamento das terras desse grupo coletivo para cultivo de soja, parcela significativa das famílias (50 no total, que permaneciam vinculadas ao MST) desvinculou-se do Movimento e fundou a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Olga Benário (ASPRAOB). Além disso, destacam-se outros elementos que contribuíram para o exercício das relações de poder nesse assentamento: as trajetórias espaciais das famílias assentadas, o período de vida nos acampamentos do MST e a influência de valores religiosos.

Palavras-chave: Relações de poder. Produção territorial. Contingências da vida. Assentamento Olga Benário. Ipameri (GO).

RESUMEN

El objetivo de esta investigación fue comprender las relaciones de poder en el Asentamiento Olga Benário en Ipameri (GO), reflejando como estas relaciones

produjeron um território. Para su desarrollo, fueron adoptados los siguientes procedimientos metodológicos: a) la investigación teórica; b) la investigación documental; y c) la investigación de campo. En la investigación de campo, se han utilizado las entrevistas y análisis del discurso. El Asentamiento Olga Benário se formó en 2005 con la adquisición de la propiedad rural Fazenda Ouro Verde / Santa Rosa por el Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria (INCRA). Con su creación, se instalaron 84 familias, todas las cuales, en ese momento, miembros del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). Antes que existiera la división de las tierras, surgieron propuestas de organización socioespacial colectiva. La mayoría de las familias rechazaron la propuesta, sólo seis decidieron formar el Colectivo Margarida Alves. Con el arrendamiento de las tierras de este colectivo con el cultivo de soja, una parte significativa de las familias (50 en total, que se mantuvo vinculado a MST) se desprendió del Movimiento y fundó la Asociación de Pequeños Productores del Asentamiento Olga Benário (ASPRAOB). Además, hay otros elementos que contribuyeron con el ejercicio de las relaciones de poder en el asentamiento: las trayectorias espaciales de las familias, el período de la vida en los campamentos del MST y la influencia de los valores religiosos.

Palabras-clave: Relaciones de poder. Producción territorial. Contingencias de la vida. Asentamiento Olga Benário. Ipameri (GO).

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa teve como ponto de partida as relações de poder no Assentamento Olga Benário no município de Ipameri (GO), refletindo-se de que maneira essas relações produziram um território. Partiu-se do pressuposto de que as relações de poder foram/são exercidas na vida cotidiana dos grupos de famílias assentadas e referem-se ao âmbito do trabalho, da organização da produção agropecuária, da religião/religiosidade e da vida privada, considerando intervenções oriundas de diversas escalas que se materializaram/am no território: a) o plano local, por meio do Poder Público Municipal; b) o plano estadual/regional/nacional pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além da atuação das igrejas católica e evangélicas. Essas clivagens externas foram/são responsáveis por tornar a vida dos grupos familiares dinâmica, um *algo em aberto*, uma *contingência* (por isso, o termo *contingências da vida* no título desse artigo).

Entretanto, apesar do reconhecimento dessas clivagens externas, essa análise teve a escala microssocial como plano investigativo. Identificaram-se alguns pontos-chave que marcaram o quadro do exercício das relações de poder no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO): a) as trajetórias espaciais das famílias assentadas; b) o período de vida nos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); c) as propostas de organização coletiva/secoletiva da produção agropecuária, por parte das lideranças locais do MST com o apoio de técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); d) a formação de um grupo secoletivo e o arrendamento de suas terras para produção de soja; e) a formação da Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Olga Benário (ASPRAOB); f) a influência de valores religiosos e a intolerância às intervenções do movimento social na vida privada das famílias (nessa questão, destaca-se de antemão a influência de concepções patriarcais, pelas quais o homem deve ser o provedor da família, o chefe que toma decisões sobre o grupo familiar e a terra, elemento que na representação social desses sujeitos aparece como uma propriedade, mesmo não possuindo documento legal). Didaticamente, foram esses os elementos recortados da realidade pesquisada que constituíram a *espinha dorsal* dessa análise. Por isso, será realizado maior detalhamento desses elementos, apresentando-se fragmentos discursivos que contribuirão para teorizar as evidências empíricas.

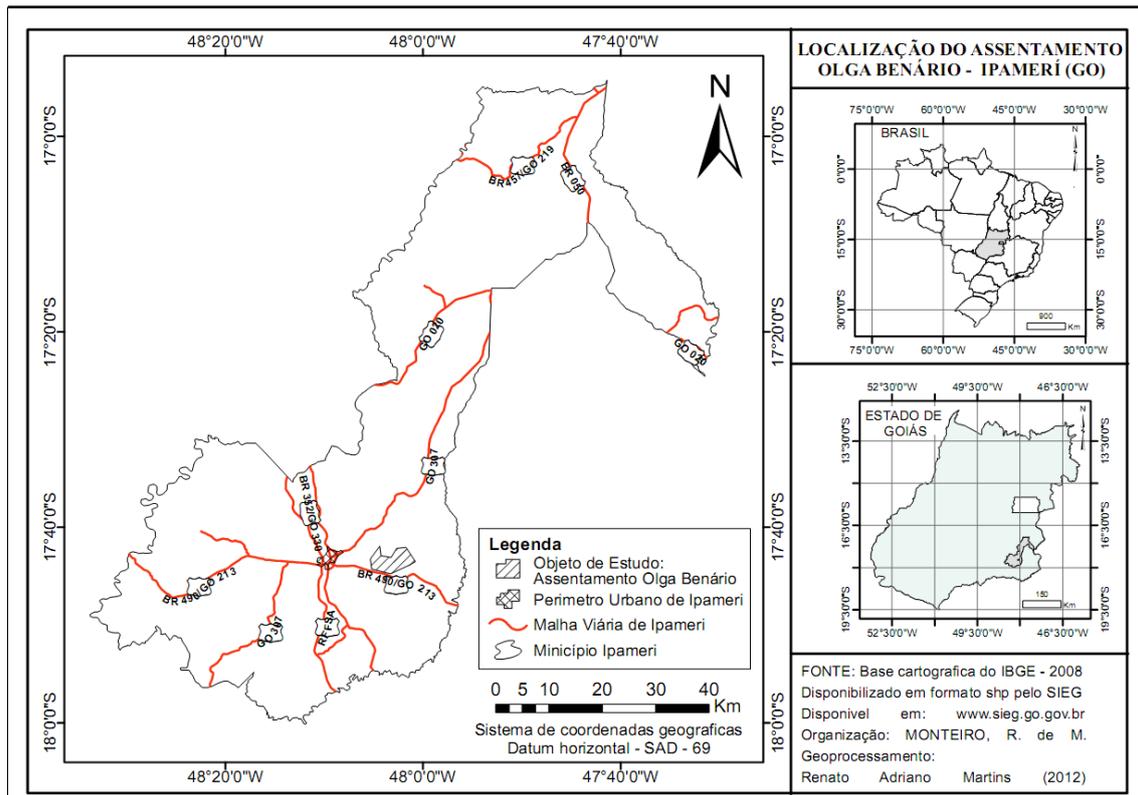
Assim, o caminho metodológico da pesquisa constituiu-se nas seguintes etapas, desenvolvidas simultaneamente: a) pesquisa teórica; b) pesquisa documental; c) pesquisa de campo, abrangendo técnicas de investigação como entrevistas e análise do discurso². Foram entrevistados 27 agricultores/as assentados/as, incluindo as lideranças do MST e da ASPRAOB. Nesse texto, acredita-se na seguinte tese: a produção territorial pelos grupos de famílias assentadas ocorreu perpassada pelas relações de poder, que se diluíram nas dimensões socioespaciais da política, da cultura, da economia e da natureza, conforme sugerem as abordagens integradora (HAESBAERT,2006) e processual/relacional (SAQUET,2010).

Desse modo, enquanto um exercício intelectual tentou-se delinear aspectos referentes a cada uma dessas dimensões na produção das relações de poder e do território no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO). A dimensão econômica estaria calcada na distribuição dos recursos financeiros por parte do INCRA; a dimensão

política estaria relacionada por meio da relação das famílias assentadas com suas instituições representativas e/ou com as *outras* instituições (ASPRAOB e MST); a dimensão da cultura destacaria as trajetórias espaciais das famílias, seus conhecimentos e experiências acumuladas ao longo de suas vidas, suas visões de mundo e posturas político-ideológicas e, por fim, a dimensão da natureza estaria imbricada nas relações de poder e na produção territorial devido à localização dos lotes de terra, o tamanho de cada lote, a qualidade do solo, o acesso à água, a declividade. Claro que essas dimensões não são pólos opostos, mas entrecruzam-se e hibridizam-se. Com essas afirmações espera-se tornar explícito que essa análise apresenta uma perspectiva crítica não-marxista, histórico-relacional, multidimensional e híbrida com foco no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO).

O Assentamento Olga Benário localiza-se a nordeste do município de Ipameri (GO), na rodovia GO-213, km 11, saída para Campo Alegre de Goiás, distante cerca de 15 km da sede da cidade (Mapa 1). Originou-se da aquisição do imóvel rural Fazenda Ouro Verde/Santa Rosa, que possui extensão total de 4.322 hectares, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) por um valor de R\$ 8.355.547,27. Houve uma negociação entre o proprietário da fazenda (juntamente com o gerente) e o INCRA. Ressalta-se que foi um negócio vantajoso, uma vez que o órgão governamental estabelece preços acima do mercado. O decreto de desapropriação data do dia 11 de agosto de 2004, havendo emissão na posse em 22 de julho de 2005 e criação oficial em nove de agosto de 2005 (MDA/INCRA, 2006; MONTEIRO, 2009; 2010; 2013).

Mapa 1 – Localização do Assentamento Olga Benário/Ipameri (GO)



Elaborado por: MARTINS, R. A. (2012)

Organizado por: MONTEIRO, R. de M. (2012)

Em relação aos seus aspectos naturais, o Assentamento Olga Benário possui um relevo de feições plana, suave ondulada, ondulada e fortemente ondulada; excelente malha hídrica, com a presença do rio do Braço, Ribeirão Dois Irmãos, Córregos Retiro, do Profeta, Posse, Represa, Cascavel, Moinho, Mato Redondo, Sede, Sucuri e 26 represas. Os solos da área classificam-se em: a) cambissolos, b) latossolo vermelho amarelo, c) litossolos e d) latossolo vermelho escuro. A fauna e a flora são típicas do Cerrado e as áreas de reserva legal e de preservação permanente são mantidas pelos assentados (MDA/INCRA, 2006). Sobre os usos da terra, maior parcela da área do assentamento é propícia para a pecuária e menor parcela para a agricultura. Esses elementos compõem o cenário do exercício das relações de poder no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO), pois não foram apropriados de forma igualitária pelas famílias assentadas.

AS LENTES DA ANÁLISE: os pontos-chave para a compreensão das relações de poder no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO)

Nesse artigo, as relações de poder foram interpretadas a partir da perspectiva de Foucault (2005), pois consideram-se importantes suas assertivas sobre o poder. Em primeiro lugar, esse autor explica que o poder não existe como uma propriedade, um elemento que um grupo detém e outro não. Não é algo que se dá, se troca ou se apropria, mas se exerce por meio das relações sociais. Em segundo lugar, as relações de poder perpassam todo o corpo social, o que não significa que o poder englobe tudo, mas que vem de todos os lugares. Em terceiro lugar, as relações de poder estão inseridas nas múltiplas dimensões da vida dos grupos humanos: economia, política, cultura e natureza. Por fim, destaca que as relações de poder produzem resistências.

Na Geografia, foi Claude Raffestin (na década de 1980, em seu livro *Por uma geografia do poder*, publicado no Brasil em 1993) que absorveu as proposições de Michel Foucault sobre o poder em sua concepção mais ampla, não apenas ancorada no Estado-nação (que seria o poder com “P” maiúsculo). Para a época, as argumentações de Raffestin foram importantes, visto que contribuiu para reflexões acerca do território e da territorialidade. A partir desse período, suas considerações difundiram-se na Geografia e tornou-se um dos autores mais utilizados na discussão sobre o território.

De acordo com Saquet (2011), além de Michel Foucault, outros pensadores influenciaram as abordagens territoriais de Claude Raffestin, como Pierre Mombeig, Henri Lefévre, Edward Soja, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Franco Farinelli, Eugenio Turri, Angelo Turco, Luis Pietro e Sergio Moscovici. Especificamente em relação a Henri Lefévre, Raffestin apropriou-se de sua ideia de produção do espaço para refletir a produção do território/produção territorial.

Para Raffestin (1993), o termo poder revela uma ambiguidade: pode ser utilizado para uma concepção unidimensional e imanente ou para uma concepção multidimensional e transcendente. A primeira concepção estaria associada a um conjunto de instituições e de aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos a um Estado determinado. A segunda concepção estaria atrelada a ideia de que o poder é parte intrínseca de toda relação social e este poder (dessa vez, com “p” minúsculo) não é visível, identificável como o primeiro e por isso mais perigoso porque não se vê ou não se vê mais porque se acredita tê-lo derrotado.

Além disso, Raffestin (1993) apropriou-se de uma consideração de Michel Foucault sobre o poder para propor sua multidimensionalidade: as relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais, etc.), mas são imanentes a elas. Toda relação é o ponto de surgimento do poder e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. A intencionalidade revela a importância das finalidades e a resistência exprime o caráter dissimétrico que *quase sempre* caracteriza as relações.

Nesse sentido, o território revela relações marcadas pelo poder e é produzido por *atores sintagmáticos*. Esses atores são multiescalares, partindo do Estado aos indivíduos, englobando as empresas (trans)nacionais e os grupos sociais. Também ao argumentar que em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem “territórios” (RAFFESTIN, 1993), o autor suscita reflexões sobre a relação espaço/tempo, cada vez mais incorporada nas análises geográficas, incluindo a concepção de temporalidades em conjunto com a ideia das territorialidades.

Aliás, outro avanço teórico efetuado por Raffestin (1993) referiu-se a territorialidade. Em síntese, considerou que a territorialidade reflete a multidimensionalidade do “*vivido*” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o *processo territorial* e o *produto territorial* por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de uma ou de outra relação, **todas são relações de poder**, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza quanto as relações sociais.

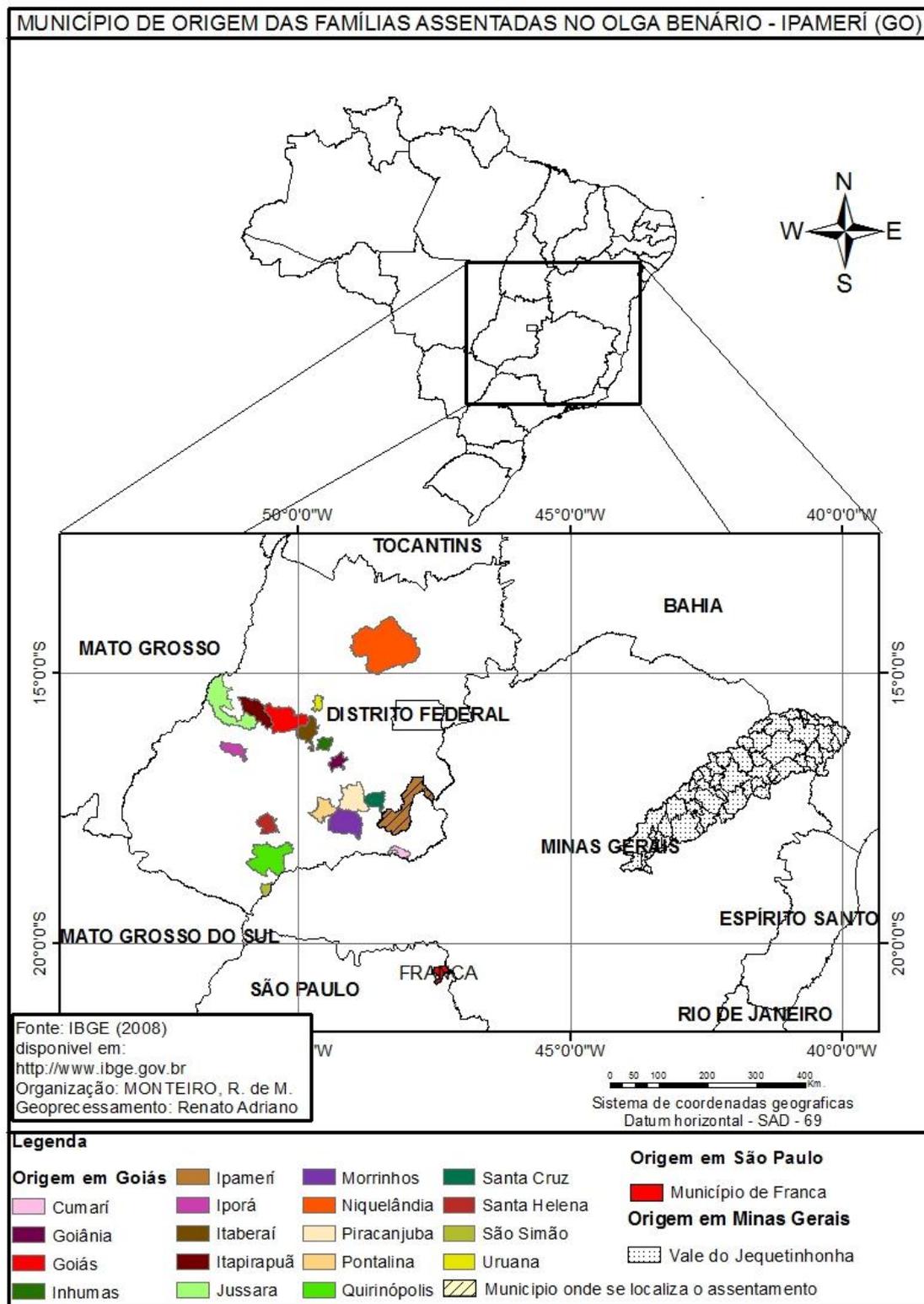
Com base nessas premissas, empreendeu-se uma leitura territorial por meio das relações de poder. Para isso, compreendeu-se que o território é uma porção do espaço geográfico que foi apropriado e produzido por grupos sociais, por meio da sua territorialização. Essa territorialização significou o início da construção de relações sociais em âmbitos econômicos, políticos, culturais e naturais, ou seja, as territorialidades. As territorialidades são as relações sociais cotidianas construídas e cristalizadas (porém, em constante mudança) pelos grupos sociais em suas famílias, trabalho, igreja, comunidade, cidade, assentamento, enfim, em seus lugares de vida. Entendeu-se que essas territorialidades foram perpassadas pelas relações de poder, no

caso do Assentamento Olga Benário no município de Ipameri (GO). O recorte temporal para essa análise foi o ano de 2005, quando esse assentamento foi criado. Todavia, as trajetórias espaciais das famílias assentadas foram um elemento considerável para a reflexão sobre a produção territorial *por meio das* relações de poder.

As trajetórias espaciais das famílias assentadas:

No Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO) encontrou-se famílias com diferentes origens espaciais e trajetórias de vida, oriundas de municípios goianos como: Cidade de Goiás, Cumari, Goiânia, Inhumas, Ipameri, Iporá, Itaberaí, Itapirapuã, Jussara, Morrinhos, Niquelândia, Piracanjuba, Pontalina, Quirinópolis, Santa Cruz de Goiás, Santa Helena de Goiás, São Simão e Uruama, além de famílias que vieram de Franca (SP) e do Vale do Jequitinhonha (BA e MG) (Mapa 2). Participaram de acampamentos do MST como o Acampamento 17 de Abril (Bela Vista/GO), Anita Mantuano (Goiânia/GO), Antônio Conselheiro (Campo Alegre de Goiás/GO), Dorcelina Salvador (Rio Verde/GO), João do Vale (Caldas Novas/GO), Luiz Ório (Itaberaí/GO), Pequena Vanessa (Piracanjuba/GO), na sede do INCRA (Goiânia/GO), na BR-050, na BR-452, na entrada da Fazenda Ouro Verde/Santa Rosa (Ipameri/GO) e outros municípios goianos como Baliza, Iporá, Jussara, Santa Helena de Goiás, Ipameri, Pires do Rio, Urutaí e Castelândia.

Mapa 2 – Assentamento Olga Benário/Ipameri (GO): município de origem das famílias assentadas



Elaborado por: MARTINS, R. A. (2012)

Organizado por: MONTEIRO, R. de M. (2012)

Essas trajetórias espaciais das famílias assentadas evidenciam seus movimentos de des-re-territorializações. Para Haesbaert (2006, p. 138) “a vida é um

constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando novos. A escala espacial e a temporalidade é que são distintas”. Foram selecionados alguns fragmentos discursivos que simbolizaram as trajetórias espaciais dos entrevistados/as:

- a) Eu nasci no estado de Goiás [...] Com 16 anos eu fui pra Goiânia, fiquei lá até 24 anos [...] Lá eu era pedreiro, trabalhei num posto de gasolina também, construindo ele e fiquei de frentista, depois me dediquei de pedreiro [...] aí eu cansei daquela situação, porque eu já tinha morado no interior, significa que eu [...] tenho costume com roça [...] Fui, procurei o movimento [MST] e aí inseri por dois anos, quase três ano mais ou menos de movimento, saiu essa terra aqui [Fazenda Ouro Verde/Santa Rosa], aí eu vim prum pré-assentamento [...] E hoje graças a Deus tô aqui [...] **Mas eu tô feliz. Porque que é que eu tô feliz? Porque esse é o meu lugar**, significa que na cidade eu num gostava, tava até duente em Goiânia. (Fragmento discursivo 1, Entrevistado 4, Membro da ASPROB, 27/10/2012, grifos nossos).

Esse fragmento discursivo torna evidente as profissões pouco valorizadas que os migrantes do campo ocupam nas cidades, sendo empregos com baixos rendimentos e mínimo prestígio social, elemento apontado por Silva (2004). E sinaliza o quanto as dificuldades da vida induziram a busca por uma situação de vida melhor, caracterizada, nesse caso, pela entrada na luta pela terra. Nessa busca, o MST apareceu como o movimento social capaz de propiciar a conquista da terra. O assentamento se tornou um *território de vida* para essas famílias, seus *lugares no mundo*.

- b) Sou nascido em Inhumas [...] De Inhumas eu fui pra morá em Taquaral em Goiás. Depois de Taquaral nós viemo pra Itaguaru. Aí de Itaguaru foi que eu conheci um vizinho lá que me chamou pro MST [...] Nós vivemo no acampamento Luiz Ório, primeiro acampamento, município de Itaberaí. Nós ficou seis anos andando dentro do movimento. De lá nós foi pra porta do INCRA em Goiânia, depois nós fizemo uma marcha de Goiás Velho até Goiânia em busca de uma terra [...] Aí nós fizemo uma ocupação na Capim Puba em Heitorá. Aí nós fizemo outra ocupação perto de Goiás Velho, Mossâmedes [...] Aí nós voltemos pro INCRA foi ficá debaixo da lona preta, mesma coisa. Aí, de lá, o Itamar, que era o ex-presidente do INCRA mandou oiá essa terra aqui [Fazenda Ouro Verde/Santa Rosa]. Coloquemo nós no ônibus lá em Goiânia e viemo, fiquemo uma porção de dia [...] aqui na porta da fazenda, esperando negociá a fazenda aqui pra nós podê passá pra dentro [...] Aí passemos pra dentro dela. (Fragmento discursivo 2, Entrevistado 5, Membro da ASPROB, 05/11/2012).

Esse fragmento discursivo narrou a entrada do enunciador na luta pela terra pelo MST e suas participações nas ocupações realizadas pelo Movimento, que compõem suas estratégias de luta e foi um elemento fundante do MST em todos os estados em que o Movimento se territorializou, como aponta Fernandes (1999; 2000).

- c) Aos 38 anos eu tinha comprado uma posse na margem de um rio chamado rio Tocantins lá na região que eu morava e lá tinha um projeto de Serra da Mesa, um projeto de uma represa [Usina Hidrelétrica][...] Eu morava retirado trinta quilômetro da onde eles iniciou a barragem e em 96 [1996] essa água tomou conta lá da terra que eu tinha posse. A FURNAS é que era responsável por isso lá, me indenizou, uma indenização irrisória [...] Mas num deu pra mim comprá uma terra igual aquela, ou menor mas que fosse boa, eu acabei comprando um pedacinho de Cerrado lá que dois ano que eu trabalhei lá acabou, num tinha mais como eu progredi. E meus filhos também cresceram e aí precisava da escola na cidade porque a escola lá do interior já num servia pra eles e dificultou tanto que a gente acabou mudando pra cidade [...] Ao chegar na cidade [...] eu num me adaptei [...] Aí surgiu o movimento MST [...] no final do ano de 98 [1998] pro início de 99 [1999] [...] E aí nós encaramo uma terra lá chamada Fazenda Engenho, que era a antiga empresa Mantiqueira Agroflorestal [...] A gente entrou nessa terra lá no mês de outubro de 99 [...] Em 2001, já no final do ano de 2002 [...] surgiu pra nós uma proposta pra irmos pra uma fazenda com o nome de Bandeirante no município de Baliza, divisa do estado de Goiás com o Mato Grosso [...] De lá de Baliza eu vim prum acampamento aqui no município de Urutaí [...] Tendo esse assentamento aqui [Olga Benário] no município de Ipameri então nós fomos deslocado de lá e fomos despejado aqui num lugar que chama retiro. (Fragmento discursivo 3, Entrevistado 6, Ex-membro do Coletivo Margarida Alves, 05/11/2012).

Esse fragmento apresentou um sujeito social que passou por des-re-territorializações no decorrer de sua vida. Também revelou um elemento apontado por Grzybowski (1986): a expropriação feita pelo Estado para construção de suas obras retiram grupos humanos de seus lugares de vida e os reterritorializam em outros territórios, em uma ação pragmática que desconsidera a importância territorial para esses sujeitos.

- d) Eu sou natural da Bahia, mas da Bahia eu vim pro estado de Goiás, tive no Mato Grosso, tive no Pará, voltei pro Goiás de novo porque meu sonho era um pedaço de terra [...] Aqui no Goiás vi falá nessa luta aí sobre a terra, isso tá com 21 ano atrás, aí eu entrei nessa luta. Tive a primeira vez não consegui, fui despejado [...] Bom, parei. Voltei pra trás, conseguí fazê mais um pezinho de meia novamente, como diz, prepará um jeito de entrá em outra. Voltei pra luta de novo. Fui despejado de novo, a segunda vez. Na terceira vez eu me preparei, falei: “Agora, dê o que dé, eu largo tudo pra trás, mas eu vou vê o final, o quê que vai acontecê com essa terra, se isso sai ou se num sai”. E

nessa luta eu envenho, foi já há 13 anos atrás, quase catorze ano, que eu entrei a terceira vez, e tô até hoje aqui, consegui a terra. (Fragmento discursivo 4, Entrevistado 16, Membro da ASPRAOB, 17/11/2012).

O relevante desse fragmento discursivo foi a narração das migrações feitas pelo entrevistado na busca pela terra, passando por estados como Bahia, Goiás, Mato Grosso, Pará. Ou seja, o camponês brasileiro é um migrante, como ressaltou José de Souza Martins. Dessa maneira, a análise desses fragmentos evidenciou as desterritorializações e reterritorializações pelas quais passaram esses sujeitos sociais, motivados por questões econômicas, políticas e culturais (obras estatais, acesso a educação, ausência de recursos financeiros e subsídios à produção agropecuária) que impuseram a saída do campo em direção às cidades. Para muitos, o *desligamento* do espaço rural se deu de forma fragmentária, pois moravam na cidade e continuavam a trabalhar no campo. Sem contar as *passagens, paragens, cheganças e travessias* de um estado para outro e de um município para outro dentro do mesmo estado. São os vários territórios pelos quais os indivíduos/grupos humanos transitam em seus cotidianos, considerando as argumentações de Haesbaert (2006). Essas famílias participaram também de vários acampamentos do MST e esse é o próximo ponto de análise.

O período de luta pela terra nos acampamentos do MST

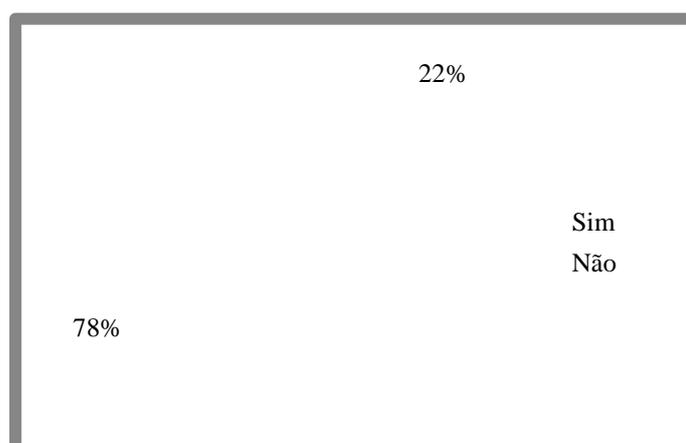
Na concepção do MST os acampamentos rurais são mecanismos de espacialização da luta pela terra, representando possibilidades de formação política e convivência coletiva entre as famílias. Um espaço de resistência e luta. Na luta pela terra, acampar é determinar um lugar e um momento transitório para transformar a realidade, como argumenta Fernandes (1999; 2000). O fragmento discursivo 5 simbolizou uma enunciação na qual a liderança do MST no Assentamento Olga Benário respaldou a opinião positiva sobre os acampamentos³.

- e) Do ponto de vista econômico e social é uma situação mais complicada que existe. Agora do ponto de vista do convívio, da educação, da formação, da convivência em coletivo eu não tenho nenhuma dúvida de que é o que tem de mais avançado no mundo hoje no sentido da coletivização, da vida, da produção, do conhecimento, do convívio, enfim, então a vida nos acampamentos do movimento sem-terra é, eu não tenho nenhuma dúvida de que é uma das principais escolas de

formação do ser humano na sua totalidade que há hoje em dia. (Fragmento discursivo 5, Representante do MST, 02/10/2010).

Entretanto, 78% dos/as entrevistados/as responderam que não retornariam para a luta pela terra (Gráfico 1), sendo um dos motivos as dificuldades enfrentadas no período dos acampamentos do MST.

Gráfico 1 – Assentamento Olga Benário/Ipameri (GO): entrevistados/as que voltariam ou não para a luta pela terra (%)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2012

Organizado por: MONTEIRO, R. de M. (2012)

* Dos/as 25 camponeses/as entrevistados/as (excetuando-se as lideranças do assentamento), 18 responderam essa questão. Portanto, o gráfico refere-se à porcentagem de 18 entrevistados/as

Apesar da melhoria nas condições de existência após a conquista da terra e da visão positiva sobre a vida atual, não repetiriam as escolhas e ações do passado. E isso não é uma *ambiguidade*, mas são as *complexidades* de sujeitos que apreciam suas vidas contemporâneas, mas não reproduziriam os atos feitos, pois os meios que constituíram essa vida foram traumáticos/difíceis. São essas complexidades que fazem da vida uma contingência, aquele *algo em aberto* mencionado anteriormente. Por meio dos fragmentos discursivos identificaram-se algumas razões para a rejeição ao retorno para a luta pela terra, com ênfase nas reclamações acerca do período de vida nos acampamentos, considerando os riscos de vida; as discordâncias sobre metodologia de ação do MST e incompreensão dos sentidos da luta pela terra; e devido as interferências do Movimento na vida privada das famílias acampadas.

1) Riscos de vida

- f) De tanto *chuchar* dentro de mato aí que cê acha que vem é um bando de bicho, é os sem-terra [...] Atravessando *corgo*, de noite, a véinha, cabelo branquim, agarrada, cortemo uma varona e atravessamo ela no *corgo*, nós fizemo uma pinguela [...] os home com água na cintura e segurano ela pra ela passá dentro daquela *pinguela* lá pra atravessá pro outro lado. (Fragmento discursivo 6, Entrevistada 1, Membro da ASPRAOB, 17/05/2012).

2) Discordância sobre metodologia de ação do MST e incompreensão dos sentidos da luta pela terra

- g) Vimos eles [MST] tirá fazendeiro de dentro de casa, só de calção, muié só de combinação, tocado que nem cachorro. Quando eu vi isso lá no município de Itaberaí, pensei em saí. Tirado que nem cachorro, o povo tudo armado, tudo bem armado [...] Naquele momento eu vi que era vandalismo. Ali já chegaram, já começaram matá galinha [...] das galinha passou pros cocá, matano de tiro pra comê [...] eles começou a matá os porco [...] Então isso aí me trouxe a revolta de não mexê mais com o MST. (Fragmento discursivo 7, Entrevistado 5, Membro da ASPRAOB, 05/11/2012).

Esse fragmento discursivo foi relevante porque denotou a *vitimização* do fazendeiro/latifundiário pelo camponês, seu par oposto na luta de classes. As ações de luta do movimento social foram relacionadas com vandalismo e as ferramentas de defesa dos membros do Movimento foram representadas, na fala do entrevistado, como armas. Ou seja, houve uma *subversão da ordem* expressa pela visão de mundo do entrevistado, que criminalizou a luta social da qual ele participou. Além disso, ele narrou os acontecimentos, mas salientando que não participou das ações, como ao enunciar “*Eu não pus a mão em nenhuma arma que seja, graças a Deus*”. Portanto, fez-se evidente também a influência dos valores religiosos nessa argumentação, como será destacado posteriormente.

3) Interferências na vida privada das famílias acampadas

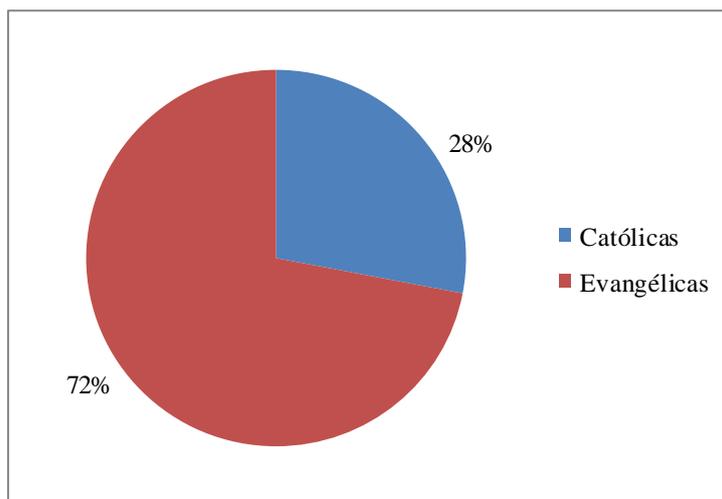
Outra questão importante que foi considerada foram as intervenções que as famílias acampadas sofreram em suas vidas privadas na época dos acampamentos, quando um entrevistado ressaltou: “*É caboco atentando a vida de mulher casada,*

aquela bagunça, então, pra mim num é lugar mais não” (Fragmento discursivo 8, Entrevistado 5, Membro da ASPRAOB, 05/11/2012). Dessa maneira, a convivência coletiva foi *negativizada*, porém, não por todos os entrevistados. Uma das entrevistadas argumentou: *“No movimento você aprende à amá os seus amigo, você aprende a convivê [...] Se você num é humilde você passa à sê, se você num tem educação, você passa à tê, se você é mal educado, é bruto, você passa a ser bom, caba sua ignorância, caba a sua brutalidade”* (Fragmento discursivo 9, Entrevistada 14, Membro da ASPRAOB, 10/11/2012). Se, nesse trecho, não houve a negativização da convivência coletiva, por outro lado, ocorreu sua *divinização*, pois ficou parecendo que a vida nos acampamentos é capaz de resolver todos os problemas de caráter individual dos participantes (algo parecido com uma fórmula mágica).

Influência de valores religiosos em contraposição aos valores do movimento social (MST)

No Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO), 72% das famílias entrevistadas declarou-se evangélicas frente a 28% que declararam ser católicas (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Assentamento Olga Benário/Ipameri (GO): crença religiosa das famílias entrevistadas



Fonte: Pesquisa de Campo, 2012

Organizado por: MONTEIRO, R. de M. (2012)

* Dos/as 25 camponeses/as entrevistados/as (excetuando-se as lideranças do assentamento), 18 responderam essa questão. Portanto, o gráfico refere-se à porcentagem de 18 entrevistados/as

Isso significa que os valores religiosos exerceram/em influência sobre as territorialidades desses grupos e suas visões de mundo (obviamente, isso acontece nas áreas urbanas e outras áreas rurais, enfim, em toda sociedade brasileira, que possui valores culturais fundados no cristianismo).

Alguns fragmentos discursivos tornaram-se elucidativos dessa influência. Um entrevistado justificou sua rejeição ao MST da seguinte forma: *“Até a bandeira do MST se torna sangue, é vermêia, é guerra. E nós num tamo nessa posição de guerreá contra ninguém. Nós tamo na posição de guerreá só contra o inimigo [...] Mas guerreá contra o meu amigo, eu num sou disso não, porque eu tô aqui na terra é pra servir à Deus”* (Fragmento discursivo 10, Entrevistado 5, Membro da ASPRAOB, 05/11/2012). O inimigo em questão é o *demônio*. Portanto, o entrevistado associou a conquista da terra a uma *dádiva divina*, mesmo que essa conquista tenha acontecido pela atuação no movimento social.

Em outro trecho de sua enunciação, esse mesmo entrevistado associou o discurso de repúdio ao MST com o de adoração a sua religiosidade, tornando mais explícita a influência desses valores religiosos mencionados:

- h) Se falá pra mim assim: “Se você não voltá pro MST você vai perder o lote”, falo: “É verdade? Então cê toma conta do lote. Eu num quero o lote” [...] E falá pra mim também assim: “Se você num largá, se você não deixá de ser crente, servir a Deus, você vai perder o lote”, eu falo: “Então pode tomar conta do lote também. Num quero”. (Fragmento discursivo 11, Entrevistado 5, Membro da ASPRAOB, 05/11/2012).

A visão de mundo dos religiosos (evangélicos e católicos) revelou-se dividida e maniqueísta: concebem o sagrado e o profano, o bem e o mal. O sagrado está associado ao trabalho e recolhimento familiar em prol de uma crença, como salientou um entrevistado: *“Tem os católico que são os que mais gostam de festa e os evangélico num participam, participam de mutirão que envolve trabalho, mas festa...”* (Fragmento discursivo 12, Entrevistado 7, Membro da ASPRAOB, 05/11/2012). De acordo com Andrade (2008) a moral religiosa institui, no imaginário das pessoas, a ideia da obrigação, do dever e de preceitos que definem uma linha de conduta na vida cotidiana e atuam na (re)construção de identidades. O profano refere-se à participação em festas e o uso de bebidas alcólicas, como ilustrou o fragmento discursivo 13:

- i) Aqui dentro festa do mundo nós não vai. Porque [...] se eu sou evangélico, se eu sentá lá [...] se tem uma roda de cerveja [...] se

eu sentá vai falá: “Olha lá, o crente já tá fazendo o quê, levando escândalo para a obra do senhor”. Se você é evangélico, você tem que ficá separado, o povo de Deus tem que ser quietinho, separado. (Fragmento discursivo 13, Entrevistado 5, Membro da ASPRAOB, 05/11/2012).

Também por meio da religião/religiosidade, os *sujeitos da terra de trabalho*⁴ se concebem e se representam como “páginas em branco”, destituídos de saberes, que são trazidos pelos líderes religiosos, como apontou a enunciação do fragmento discursivo 14:

- j) As igreja é o seguinte: os pastor, as pastora, esse pessoal que mexe com isso, eles procuram onde tá as pessoas sofrida pra ir levar a palavra, levando a palavra, com a palavra a gente consegue qualquer coisa, porque o homem morre pela palavra e vive pela palavra. Se não tiver a palavra, não tiver uma pessoa mais sabido, mais sábio pra chegá naquelas pessoa que num sabe de nada e explicá como que é a estrada ele nunca vai andá, ele nunca vai dá um passo pra frente, ele vai só andá pra trás. (Fragmento discursivo 14, Entrevistado 16, Membro da ASPRAOB, 17/11/2012).

Assim, os líderes religiosos são vistos como detentores do conhecimento necessário para a melhor condução da vida cotidiana. Além dessas questões principais, outras foram citadas como o tempo longo de luta e as violências sofridas e/ou assistidas no período dos acampamentos. Em relação à violência, um entrevistado argumentou: “*Entrá na frente de polícia [...] Vendo a hora de apanhá, muitos apanhano na frente da gente [...] criança apanhano, igual eu já vi, mulher gestante apanhano, tem cabimento uma coisa dessa?*” (Fragmento discursivo 15, Entrevistado 16, Membro da ASPRAOB, 17/11/2012).

Dessa forma, constrói-se uma provocação: as famílias participaram do movimento social (MST) e de suas ações, porém não propriamente pela causa da reforma agrária no Brasil. O motivo principal pode ter sido a possibilidade de conquistar uma parcela de terra para melhorar as condições de vida. Por isso, a posterior rejeição ao Movimento em nome do que acreditam ser o melhor para a vida de suas famílias.

As propostas de organização coletiva/semicoletiva da produção agropecuária

Outro elemento responsável pelo exercício das relações de poder no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO) foi a questão da organização da produção

agropecuária. Quando as famílias foram para o interior da Fazenda Ouro Verde/Santa Rosa (fase de pré-assentamento) permaneceram agrupadas em barracas de lona e empreenderam a produção coletiva de abóboras e arroz. Essas experiências não funcionaram. Quando vieram os agrimensores (contratados pelas famílias) e os técnicos do INCRA para o parcelamento da fazenda, surgiram as propostas de organização coletiva/semicoletiva do assentamento, por parte do MST com apoio do INCRA. Essas propostas foram recusadas. Apenas seis famílias decidiram formar o Coletivo Margarida Alves (como será apresentado adiante). As demais permaneceram no MST até o ano de 2008, quando houve uma nova divisão em grupos, com a formação da ASPRAOB (Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Olga Benário) (também será discutido posteriormente).

Para a liderança local do MST, o desenvolvimento territorial do assentamento se realizaria pelo trabalho coletivo entre as famílias. Há uma defesa da cooperação agrícola como alternativa para romper com o *mundo individual* das famílias, como atestou sua enunciação:

- k) O MST defende que as pessoas devem criar um processo de cooperação entre elas depois que chega na terra [...] pras pessoas sair desse mundo individual onde que tudo é meu, inclusive a mulher é minha, o filho é meu, o carro é meu, a galinha é minha, a terra é minha, o dinheiro da terra é meu. (Fragmento discursivo 16, Representante do MST, 06/10/2012).

Contudo, a questão foi que as famílias assentadas optaram por sua autonomia relativa e as propostas de coletivização da terra e da produção agropecuária apareceram no imaginário dos/as assentados/as como uma privação, de acordo com a fala de um agricultor assentado: “*Chegaria um da minha família aí, de longe, e falasse: ‘Vamo comê um porco?’ [...] Aí ocê era dono, o outro era dono e o outro, eu tinha que saí cada um ‘Ou, posso matá?’.* Tudo teria que tê conversa com todos e isso aí num existe né! Você fica muito, num sei se é privado que fala né.” (Fragmento discursivo 17, Entrevistado 4, Membro da ASPRAOB, 27/10/2012).

Dessa forma, as famílias priorizaram o que compreendem como a liberdade de trabalho, oposta ao que interpretaram como relações de mando/obediência em relação às diretrizes do movimento social. A enunciação de um entrevistado destacou essa questão: “*Ficá depois de velho, da minha idade, ficá sendo mandado por um menino. Menino chegá e falá: ‘Cê tem que fazê isso’ e eu tê que fazê, num existe mais*

isso.” (Fragmento discursivo 18, Entrevistado 16, Membro da ASPRAOB, 17/11/2012). No caso, o “menino” refere-se a um militante do MST. Assim, compreende-se que houve um distanciamento entre o projeto do MST e as aspirações das famílias assentadas no Assentamento Olga Benário, tendo surgido apenas o Coletivo Margarida Alves como experiência de produção coletiva.

A formação do Coletivo Margarida Alves

O Coletivo Margarida Alves foi composto por seis famílias (três com laços de parentesco, incluindo a liderança do MST) que se organizaram em uma vila e contavam com cerca de 139 hectares de terra para produção coletiva. Ressalta-se que cada família possuía dois hectares para produção de autoconsumo. Dessa maneira, seguiram diretrizes do MST quanto ao trabalho coletivo em contraposição ao modelo familiar. Uma entrevistada salientou que: “*O Coletivo lá foi quando foi dividir as parcela e o MST tinha um sonho em criar agrovila, trabaiá coletivo, todo mundo junto [...] Só que ninguém quis porque coletivo é difícil dá certo porque individual é melhor porque cada um trabalha o dia e a hora que pode e do jeito que gosta.*” (Fragmento discursivo 19, Entrevistada 1, Membro da ASPRAOB, 17/05/2012).

Outra reclamação sobre o Coletivo foi a *suposta* prioridade que o INCRA fornecia ao grupo coletivo, como destacou um entrevistado: “*Pra eles, eles pode fazê o que quer, nós num pode. Eles plantou soja, que uma vez nós plantemo aqui, nós alugou o pasto aqui, quando fez um mês e 29 dia o INCRA chegou aqui, mandô tirá o gado e eles com o pasto cheio. Eles pode fazê o que quer nós num pode*”. (Fragmento discursivo 20, Entrevistado 5, Membro da ASPRAOB, 05/11/2012).

Além disso, outro entrevistado destacou a atuação da liderança do MST como impositiva na formação do grupo coletivo: “*O Coletivo Margarida Alves, ele surgiu mais como um interesse próprio, muito particular de um dirigente do que propriamente pensando no bem das famílias que iam compor ele*”. (Fragmento discursivo 21, Entrevistado 2, Membro do MST, 02/06/2012).

Por outro lado, as famílias assentadas concebem outras formas associativas: uma alternativa seria a produção familiar e a comercialização coletiva. Essa é a forma de organização pretendida pelos grupos familiares, como apontou uma entrevistada: “*O*

assentamento pensa mais assim: buscá e vendê coletivo e produção individual [...] o que a gente tem que sentá e organizá: vamos produzi o quê? O que for melhor e todo mundo produzi individual e vendê coletivo". (Fragmento discursivo 22, Entrevistada 1, Membro da ASPRAOB, 17/05/2012). Outro entrevistado ressaltou: *"Eu defendia muito que fosse o semicoletivo porque a gente teria uma parte que você poderia tocá individualmente e outra parte que seria coletivamente"*. (Fragmento discursivo 23, Entrevistado 2, Membro do MST, 02/06/2012).

Como uma estratégia para obtenção de renda, o Coletivo Margarida Alves arrendou suas terras para produção de soja, o que descontentou as demais famílias do assentamento, que ainda eram membros do MST. Assim, em 2008, 50 famílias desvincularam-se do Movimento e fundaram a ASPRAOB.

A formação da ASPRAOB

A formação da ASPRAOB deu-se por meio da articulação de parcela das famílias assentadas a fim de romper com o MST. Como ressaltou um entrevistado *"Nós saímos com setenta por cento ou mais que não queria o MST [...] Montamos a Associação e entrou na Associação quem quis [...] Eu sei te falar que foi um alívio pra nós"*. (Fragmento discursivo 24, Entrevistado 4, Membro da ASPRAOB, 27/10/2012). Notou-se, por esse fragmento discursivo, que a saída do MST foi associada pelo sujeito enunciativo a um alívio, ao *"livrar-se"* de algo incômodo. Talvez, o alívio referiu-se a não precisar mais participar da agenda de lutas do MST, uma vez que os membros do Movimento, mesmo assentados, devem permanecer articulados na luta pela reforma agrária. É o que Caune (2006) denominou de lutador permanente. Não estando mais atrelados ao movimento social, poderiam dedicar-se ao trabalho na terra como salientou um agricultor: *"O pessoal ganhô a terra e quer trabalhá na terra, num qué tá sendo obrigado a sair pra outras luta"* (Fragmento discursivo 25, Entrevistado 7, Membro da ASPRAOB, 05/11/2012). Ou seja, a manutenção do vínculo com o movimento social representava, para esse sujeito, uma *obrigação indesejada*.

Nesse sentido, a materialização da ASPRAOB foi a concretização da resistência ao MST e um mecanismo de auto-organização política das famílias assentadas, na busca pelo *ideal* de liberdade, como ressaltou um agricultor ao salientar

que “*Hoje nós num tivemos benefício ainda através da Associação não, mas tivemos nossa liberdade. Eu acho que vale muito mais uma liberdade do que uma boa quantia em dinheiro*”. (Fragmento discursivo 26, Entrevistado 11, Membro da ASPRAOB, 10/11/2012). Outro entrevistado argumentou:

- l) Outra forma de organização que as pessoas conheciam era a associação. Se pensava que era algo como o movimento [que] tem praticamente as porta aberta no INCRA prá discutir com o superintendente e bate boca e tem força política [...] Quando viu que o buraco era mais embaixo né, que eles tentava mas as porta tava fechada, aí o pessoal foi desmotivando, tanto é que hoje tem a associação mas a força política aqui dentro é muito inferior ao movimento que tem o número de famílias menor. (Fragmento discursivo 27, Entrevistado 2, Membro do MST, 02/06/2012).

Dessa forma, salienta-se que a ASPRAOB também enfrenta dificuldades no âmbito da produção agropecuária, devido à ausência de recursos financeiros para desenvolver seus projetos. O agravante é que sua força política restringe-se ao âmbito local, do município, diferente do MST, cuja articulação é internacional (visto sua aliança com a Via Campesina).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território é condição, meio e resultado para o exercício das relações de poder. Sua produção está imbricada nessas relações, que perpassam as relações sociais (econômicas, culturais, políticas, naturais, portanto, espaciais). Por isso mesmo, o território traz um potencial de superação desses conflitos e a possibilidade da construção de uma organização política local, capaz de (re)estabelecer um diálogo e negociação do Assentamento Olga Benário com os seus agentes externos. De certo modo, isso já vem acontecendo: há grupos de famílias assentadas desenvolvendo projetos de agroecologia juntamente com a Igreja Católica de Ipameri; a partir do ano de 2013, verifica-se maior aproximação do Poder Público Municipal com o assentamento, por meio da oferta de cursos de capacitação às famílias assentadas. Potencialmente, há a possibilidade de fortalecimento de relações com a Universidade Estadual de Goiás/Unidade de Ipameri (que possui o curso de Agronomia) e com a Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão, que inclusive desenvolveu, no ano de 2010, um curso de Agroecologia no assentamento.

Além disso, o diálogo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pode ser (re)construído (no caso das famílias que desvincularam-se do movimento). E pode tornar-se um diálogo propositivo, no sentido de a “comunidade” apresentar suas demandas e não ser receptáculo de projetos de organização social. Acredita-se que não exista uma “fórmula do milagre” e um *caminho* seria o assentamento organizar-se, estabelecer um *poder que vem de baixo*. Para isso, as famílias devem organizar-se territorialmente e participar politicamente das reflexões sobre o desenvolvimento do grupo territorializado. Precisam tornar-se *atores políticos* conectados com sua realidade para *lutarem* politicamente por suas demandas, (re)construindo, assim, um compromisso social.

Notas:

¹ Doutorando em Geografia pela UNESP (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho)/*Campus* de Presidente Prudente (SP), sob orientação do Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet. Membro do GETERR (Grupo de Estudos Territoriais/UNIOESTE/*Campus* de Francisco Beltrão/PR). Mestrado em Geografia pela UFG (Universidade Federal de Goiás)/*Campus* de Catalão (GO), sob orientação da Profª. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessoa. No período do Mestrado, foi bolsista CAPES/REUNI. Graduação em Geografia pela UEG (Universidade Estadual de Goiás)/Unidade Universitária de Pires do Rio (GO), sob orientação do Prof. Ms. Marcelo Venâncio (atualmente, professor da UFT/Universidade Federal do Tocantins/*Campus* de Araguaína). Graduação em Tecnologia em Gestão Ambiental pelo IFGoiano (Instituto Federal Goiano)/*Campus* de Urutaí, sob orientação do Prof. Dr. Bruno Gonzaga Agapito da Veiga. rafaelmmlmtr@gmail.com.

²Na dissertação, intitulada “RELAÇÕES DE PODER, TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES: as *travessias da vida* no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO)”, utilizou-se também as técnicas do diário de campo e registros fotográficos.

³ Esse fragmento discursivo foi coletado no ano de 2010, ocasião em que o pesquisador concluiu a Graduação em Geografia com o Trabalho Final de Curso intitulado “TERRITÓRIO EM CONFLITO: tramas e tessitura do poder no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO)”, sob orientação do Prof. Ms. Marcelo Venâncio.

⁴ Esse conceito tem sido refletido pela Profª. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessoa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rodrigo B. de. Práticas sócio-culturais e religiosas como elementos constituintes do lugar. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar F; BRAGA, Helaine da C. (Org.). **Geografia e cultura: a vida dos lugares e os lugares da vida**. Goiânia: Vieira, 2008. p. 166 – 203.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR – 14724: 2011: informação e documentação: trabalhos acadêmicos**. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **NBR – 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação**. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR – 6023: informação e documentação: referências: elaboração**. Rio de Janeiro: 2002.

CAUME, David J. **O MST e os assentamentos de reforma agrária:** a construção de espaços sociais modelares. Passo Fundo/Goiânia: Editora da Universidade de Passo Fundo e da Universidade Federal de Goiás, 2006.

FERNANDES, Bernardo M. **MST: formação e territorialização.** 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France (1975 – 1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.** Petrópolis: Vozes, 1987.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MDA/INCRA. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Olga Benário.** 2006.

MONTEIRO, Rafael de M. **Assentamentos rurais e meio ambiente:** percepção ambiental de agricultores do Assentamento de Reforma Agrária Olga Benário no município de Ipameri (GO). 72f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Gestão Ambiental) – Instituto Federal Goiano, Urutaí, 2009.

_____. **Território em conflito:** tramas e tessitura do poder no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO). 110 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Goiás, Pires do Rio, 2010.

_____. **Relações de poder, territórios e territorialidades:** as *travessias da vida* no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO). 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções de território.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SILVA, Maria Aparecida M. **A luta pela terra:** experiência e memória. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

Artigo recebido para publicação em fev/14

Artigo aceito para publicação em jun/14